

“A mulher é quem defende a vida, não dá o braço a torcer”: ações políticas entre mulheres Kaiowá em Guarani em Mato Grosso do Sul - Brasil

Rosicleide Vilhalva♦ Gislaine Monfort♥ Laura Gislotti* 

Resumo

Neste artigo, apresentamos uma análise sobre a violência de Estado e a ofensiva do neoextrativismo e do mercado de commodities como engrenagens de uma guerra sistemática contra a vida das mulheres indígenas. Em contraponto, examinamos os processos de autonomia fortalecidos pelas práticas coletivas protagonizadas por essas mulheres, que constroem resistências cotidianas diante de um cenário marcado de múltiplas violações. O objetivo é investigar as formas de resistência durante a pandemia – período marcado pelo agravamento da violência estatal e pela intensificação da acumulação por despossessão nos territórios Kaiowá e Guarani, no sul de Mato Grosso do Sul. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, articulando revisão narrativa, participação observante e entrevistas semiestruturadas com mulheres dos Tekoha Guyraroká e Rancho Jacaré. A luta e a auto-organização dessas mulheres, por meio de conselhos, organizações comunitárias-territoriais, coletivos e associações culturais, constituem expressões da cosmopolítica como fundamento da luta anticolonial, antipatriarcal e anticapitalista em defesa da vida, dos corpos e dos territórios originários.

Palavras-Chave: autonomias, Kaiowá, mulheres, neoextrativismo, resistência anticolonial.

Ideias destacadas: trata-se de um artigo de investigação. No contexto da crise sistêmica e da crise global de saúde, os povos indígenas — em especial as organizações políticas de mulheres indígenas — apontaram caminhos fundamentais para a luta pela vida, em defesa da Terra e dos territórios.



RECEBIDO: 28 DE SETEMBRO DE 2022. | AVALIADO: 26 DE JUNHO DE 2023. | ACEITO: 14 DE NOVEMBRO DE 2024.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Vilhalva, Rosicleide; Monfort, Gislaine; Gislotti, Laura. 2025. “A mulher é quem defende a vida, não dá o braço a torcer”: ações políticas entre mulheres Kaiowá em Guarani em Mato Grosso do Sul - Brasil”. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 34 (2): 378-390. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v34n2.104992>.

♦ Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – Brasil. ✉ rosicleidekaiowa29393@gmail.com – ORCID: 0009-0008-2591-346X.

♥ Universidade Federal do Oeste do Pará, Pará – Brasil. ✉ gislainecmonfort@gmail.com – ORCID: 0000-0002-5677-5740.

* Universidade Federal do Oeste do Pará, Pará – Brasil. ✉ laura.gislotti@ufopa.edu.br – ORCID: 0000-0002-3954-0245.

✉ Correspondência: Gislaine Monfort, Universidade Federal do Oeste do Pará, Rua Vera Paz, bairro Salé, Santarém – PA, CEP 68040-255, Brasil.

“The Woman is the One Who Defends Life, She Does Not Give in”: Political Actions Among *Kaiowá* and Guarani Women in Mato Grosso Do Sul - Brazil

Abstract

In this article, we present an analysis of State violence and the offensive of neoextractivism and the commodity market as mechanisms of a systematic war against the lives of Indigenous women. In contrast, we examine the processes of autonomy strengthened by women’s collective practices, which build everyday resistance amid this scenario of multiple violations. The objective is to investigate the forms of resistance during the pandemic, a period marked by heightened state violence and accumulation by dispossession in *Kaiowá* and Guarani territories in the southern region of Mato Grosso do Sul, Brazil. The research adopts a qualitative approach, combining narrative review, participant observation, and semi-structured interviews with women from the *tekoha* (ancestral territories) Guyraroká and Rancho Jacaré. The struggle and self-organization of women through councils, territorial-community organizations, collectives, and cultural associations constitute expressions of cosmopolitics as the foundation of an anti-colonial, anti-patriarchal, and anti-capitalist struggle in defense of life, bodies, and ancestral territories.

Keywords: autonomies, *Kaiowá*, women, neoextractivism, anti-colonial resistance.

Highlights: this is a research article. In the context of systemic crisis and the global health crisis, Indigenous peoples, especially the political organizations of Indigenous women, have pointed out crucial pathways in the fight for life, in defense of the Earth and territories.

“La mujer es quien defiende la vida, no da su brazo a torcer”: acciones políticas entre mujeres *Kaiowá* y Guaraní en Mato Grosso do Sul, Brasil

Resumen

En este artículo compartimos un análisis sobre la violencia de Estado y la ofensiva del neoextractivismo y del mercado de materias primas como engranajes de una guerra sistemática contra la vida de las mujeres indígenas. En contraposición, analizamos los procesos de autonomía fortalecidos por las prácticas colectivas de las mujeres, que construyen resistencias cotidianas frente a este escenario de múltiples violaciones. El objetivo es investigar las formas de resistencia durante la pandemia, un período marcado por el agravamiento de la violencia estatal y de la acumulación por desposesión en territorios *Kaiowá* y Guaraní, en el sur de Mato Grosso do Sul. La investigación adopta un enfoque cualitativo, articulando revisión narrativa, participación observante y entrevistas semiestructuradas con mujeres de los *Tekoha Guyraroká* y Rancho Jacaré. La lucha y la autoorganización de las mujeres, a través de consejos, organizaciones comunitario-territoriales, colectivos y asociaciones culturales, constituyen expresiones de la cosmopolítica como fundamento de la lucha anticolonial, antipatriarcal y anticapitalista en defensa de la vida, los cuerpos y los territorios originarios.

Palabras clave: autonomías, *Kaiowá*, mujeres, neoextractivismo, resistencia anticolonial.

Ideas destacadas: se trata de un artículo de investigación. En el escenario de crisis sistémica y de crisis global de salud, los pueblos indígenas, especialmente las organizaciones políticas de mujeres indígenas, señalaron caminos cruciales para la lucha por la vida, en defensa de la Tierra y de los territorios.

Introdução

A guerra patriarcal e do capital contra as mulheres e a Terra constitui as bases do Estado de Exceção, que marca um processo de *patriarcalização* do território e recolonização, impulsionado pela ofensiva da acumulação por desapropriação e despossessão (Harvey 2003; García-Torres et al. 2020). A violência contra as mulheres — especialmente contra as mulheres indígenas — envolve uma série de modos de subalternização e desumanização operados pelo patriarcado, nos quais essas violências são perpetradas tanto por homens “de dentro” quanto “de fora” das comunidades (Rivera Cusicanqui 2010; Lozano-Lerma 2019; Cruz Hernández 2020).

O patriarcado pode ser definido como um padrão/estrutura de poder e um sistema de dominação baseado na opressão das mulheres e no controle de seus corpos e de sua autonomia reprodutiva como parte da dinâmica de expansão da acumulação de capital (Federici 2017).

A violência revela problemas estruturais e sistêmicos, agravados pela expansão da economia política neoextrativista sobre os territórios ancestrais. Nesse contexto, o Estado atua como agente da violência e representa um campo ideológico a serviço da elite político-econômica e de seus interesses de classe. Sua postura diante do aumento da violência contra as mulheres não indica omissão, mas ações violatórias deliberadas. O mesmo Estado que coloniza os corpos é o que monopoliza e busca controlar territórios nas mãos de grandes fazendeiros, empresários, políticos, garimpeiros e corporações nacionais/transnacionais (Lozano-Lerma 2019).

Cabnal (2013), intelectual originária e integrante da Associação de Mulheres Indígenas de Santa María de Xalapán (AMISMAXAJ), na Guatemala, destaca que a defesa dos direitos dos povos indígenas assume um caráter distinto para as mulheres em relação aos homens em suas comunidades. Isso ocorre porque a violência sexista é uma ferramenta de repressão secular especificamente direcionada a elas. Há uma guerra contra as insurreições das mulheres, com uma política do terror instaurada pelo Estado e pelos megaprojetos das cadeias extrativas-exportadoras que intensificam a violência patriarcal e racista.

Essa é a convergência entre capitalismo, patriarcado e colonialismo, cujas estruturas e expressões de poder produzem a guerra contra as forças vitais da Terra, os saberes plurais e as lutas por território que as mulheres originárias estão na linha de frente. As mulheres constituem a base da resistência territorial com múltiplas

formas de organização política e ações coletivas. Elas tecem a defesa do território e do território-corpo como categoria da prática que reivindica uma ruptura epistêmica, prática e política com a forma-Estado. Isso fortalece saberes ancestrais, memórias bioculturais e os processos de autonomia.

Partindo dessa perspectiva, o texto apresenta inicialmente reflexões coletivas sobre como o Estado brasileiro e a ofensiva das cadeias extrativas instauram uma guerra sistemática contra a vida das mulheres originárias. Em seguida, examina os processos de autodeterminação política sustentados pelas práticas coletivas e autônomas de mulheres indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul, Brasil.

Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, que articula revisão narrativa, participação observante (Albert 2014), entrevistas e análise de documentos elaborados por coletivos e organizações de mulheres indígenas. A revisão narrativa fundamenta-se na organização e interpretação da diversidade de leituras relacionadas ao tema da pesquisa. Trata-se de uma forma mais aberta de articulação da literatura, e as análises estão diretamente relacionadas ao que se chama de “estado da arte” (Cordeiro et al. 2007).

O artigo resulta de uma pesquisa mais ampla, construída em diálogo interdisciplinar entre pesquisadoras e pesquisadores indígenas e não indígenas, no âmbito do grupo de pesquisa *Etnobiologia, Território e Conservação da Diversidade Biocultural*. Desde 2015, esse grupo desenvolve práticas de coprodução e coautoria com os territórios Kaiowá e Guarani. O trabalho também integra o processo de elaboração pesquisa de mestrado de uma das autoras.

As reflexões aqui apresentadas se baseiam nas trajetórias, autopercepções e autoexpressões de mulheres indígenas em relação aos seus modos de resistência. A pesquisa constitui um esforço coletivo, fruto da caminhada conjunta entre mulheres, uma pesquisadora Kaiowá e pesquisadoras não indígenas.

Os diálogos ocorreram entre 2020 e início de 2022 com quatro mulheres: duas do Tekoha (território ancestral/lugar “onde se é”) Rancho Jacaré, próximo ao município de Laguna Caarapã; e duas são do Tekoha Guýraroká, próximo ao município de Caarapó e Dourados, em Mato Grosso do Sul. Esses diálogos foram tecidos no contexto de pandemia da Covid-19, por meio de reuniões e espaços de debate mediante aplicativos de mensagens

e videochamadas junto à jovens mulheres atuantes nos conselhos e coletivos de mulheres Kaiowá e Guarani.

Nesse período, as entrevistas foram gravadas e conduzidas de forma semiestruturada, integrando também outras atividades desenvolvidas em coprodução com pesquisadoras e conselheiras dos movimentos Kaiowá e Guarani. Todavia, os principais desafios encontrados se referiram ao contexto relacionado a crise de saúde global, com limitações relacionadas aos encontros pessoais associados às medidas de biossegurança.

O trabalho conecta-se, assim, a outras ações coletivas e pesquisas que caminham e se articulam desde a perspectiva interdisciplinar e comprometida com a vida e as lutas das mulheres.

A entrevista semiestruturada baseou-se nos testemunhos e nas experiências de vida dos sujeitos que compõem o foco do trabalho a partir das proposições apresentadas durante os diálogos. Dois eixos principais nortearam essa etapa: (i) as formas de cuidado comunitário e defesa do território conduzidas pelos Tekoha frente ao avanço da pandemia; e (ii) e a auto-organização das mulheres no centro da luta pela vida. Essa metodologia combina perguntas previamente formuladas com questões abertas, permitindo que o(a) interlocutor(a) construa reflexões livres e espontâneas a partir de um ponto de partida definido (Minayo e Costa 2018).

Ao narrarem suas histórias e memórias individuais e coletivas, as mulheres compartilham sentidos e significações de suas vidas e de suas lutas, expressando suas formas próprias de resistência e suas percepções sobre os processos organizativos e políticos.

Resultado e discussão

Geografias do poder corporativo: neoextrativismo, Estado e violência patriarcal

Os caminhos traçados pelos modos de resistência das mulheres e o complexo de guerra contra suas vidas nos levam a refletir sobre as relações de conflito. Tais relações articulam-se com a expansão dos megaprojetos neoextrativistas do novo ciclo do capital e com o aprofundamento da violência sob o contínuo do regime patriarcal. O processo de patriarcalização do espaço e a recolonização dos corpos das mulheres constituem os pilares da despossessão da vida (García-Torres et al. 2018).

A guerra configura-se como o *modus operandi* do patriarcado e do capital, que, por meio das cadeias globais do neoextrativismo, produzem o acirramento da violência

sistemática contra as mulheres — especialmente aquelas que se encontram na linha de frente das lutas por terra e território. Nesse contexto, o conceito de território torna-se fundamental para as análises aqui proposta, concebido sob a perspectiva da multidimensionalidade. Trata-se de uma categoria densa, que remete a um espaço geográfico apropriado que enseja múltiplas lutas e diversas territorialidades inscritas em processos dinâmicos e mutáveis (Porto-Gonçalves 2015). Essa concepção permite vislumbrar os “mundos possíveis” projetados pela noção de território (Viveiros de Castro 2002; Narahara 2021) por meio das lutas indígenas.

Em relação à categoria de neoextrativismo, dialogamos com a noção de extrativismo predatório — vinculado ao capital — como um padrão de dominação e um pilar estrutural do sistema-mundo “moderno-capitalista”, base da geografia do capital. O capitalismo emerge e se expande por meio dessa ofensiva (Machado Araújo 2015):

[...] como expresión del ordenamiento territorial hegemónico originario, el extractivismo impone en la geografía — em y por la originaria división internacional del trabajo —, la geometría de poder inherente a la dinámica de la acumulación/dominación del capital. (15)

As cadeias extrativas e os corredores de exportação são elementos centrais da geometria do poder, expressa na dinâmica de acumulação do capital que se instala nas periferias. Trata-se de um padrão de dominação que conforma uma geografia da extração, subordinada, dependente, estruturada para atender a uma oligarquia político-econômica (Machado Araújo 2015).

O Estado, enquanto monológico, falocêntrico e de “sujeito único”, constitui uma construção ocidental e colonial por excelência, como aponta Rivera Cusicanqui (2010). Atua como gestor da despossessão e da violência que objetiva controlar o corpo de mulheres como forma de também controlar os territórios e os “comuns”. Enfrentamos aqui crimes de guerra e práticas de tortura dirigidas às mulheres — crimes que abrem espaços para velhas e novas formas de violações, processo indissociável da dimensão repressiva e corporativista do Estado (Shiva 2003; Segato 2013; Cruz Hernández 2020).

Diante desse contexto, a luta das mulheres constitui a raiz que produz/reproduz vida e resistência. Coloca em questão a estrutura do poder corporativo através da crítica de como as relações de sexo, classe e cor/etnia formam um conjunto complexo através do qual mulheres são violentadas e desumanizadas pela ordem patriarcal e racista. Para Lozano-Lerma (2019), isso é a

representação da guerra declarada contra as mulheres no mundo:

[...] alimentada pelos atores ilegais e legais que administram o desenvolvimento e por esse padrão global de poder colonial que se impõe por meio de megaprojetos que colocam em risco toda forma de vida: a dos seres humanos e a da natureza, que é a possibilidade da vida humana, pois é ela que oferece as condições para garanti-la. (Lozano-Lerma 2019, 60, tradução nossa)

Nesse cenário de guerra, emerge uma política construída a partir da base, fortalecida pela resistência histórica e ancestral das mulheres em defesa da Mãe Terra e do corpo-território. Essa política se expressa em experiências coletivas organizadas por meio da auto-organização e da ação comunitária. Frente às múltiplas violações patriarcais, as mulheres constroem, por meio de um pensamento insurgente, ancestral e comunitário, novos modos de pensar e viver a política.

Exemplos notáveis disso são os conselhos, associações e coletivos formados por mulheres, bem como os espaços comunitários por elas criados, a defesa da agricultura tradicional, da comunalidade e a oposição radical ao desterro colonial e capitalista. Nessa perspectiva, a ecologia e a luta das mulheres constituem pilares centrais na defesa da vida, do território e da autonomia.

Em Abya Yala, a presença das mulheres na resistência à violência, ao deslocamento forçado, à opressão política e à exploração econômica é constante ao longo da história. Por serem as mais afetadas pelos impactos das crises que atingem suas comunidades, criaram e fortaleceram formas mais autônomas de reprodução social por meio de redes comunitárias, desarticuladas pelas políticas econômicas neoliberais e pelo terrorismo de Estado (Federici e Valio 2020):

[a]s mulheres engajaram-se em intensas lutas para defender o “bem comum” — as terras, as florestas e as águas, assim como os bairros ameaçados pela gentrificação — e, assim, defender o mundo dos valores culturais, sistemas de conhecimento e identidades sociais que são destruídos quando a terra é envenenada e as comunidades deslocadas. (Federici e Valio 2020, 3)

A militância das mulheres segue como força vital para a transformação social na América Latina, sendo fonte de inspiração tanto para o feminismo quanto para outros movimentos globais. Ao confrontar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da degradação ecológica, as mulheres vêm construindo novas formas de existência,

que rejeitam a lógica mercantil e as políticas hegemônicas sobre a reprodução da vida cotidiana. Elas canalizam a potência das relações afetivas tradicionalmente ligadas ao espaço doméstico para a produção de solidariedade social.

Esses esforços redefinem o que compreendemos por “política” e “democratização”, ao recodificarem o feminismo e transformarem o trabalho cotidiano, social e reprodutivo em ação coletiva. Realizada em distintos territórios — aldeias, bairros, zonas rurais e comunidades —, essa ação forma a resistência à exploração capitalista, racista e patriarcal. Em diversas latitudes, mulheres estão na linha de frente das lutas ecológico-territoriais, com uma perspectiva cotidiana e comunitária frente aos mecanismos da ordem neoliberal.

Diante do avanço da política neoextrativista, da violência estatal-empresarial e do contexto pandêmico, muitas organizações de mulheres indígenas em distintos territórios lançaram manifestos, afirmando que a luta pela vida constitui o poder revolucionário de uma política que emerge da resistência das mulheres.

Uma característica central dessa insurgência é a construção política desde a base, que reflete o sentir/pensar/fazer das mulheres. Quando a crítica parte dos corpos e das vozes femininas, manifesta-se um radicalismo que confronta as estruturas de opressão, sobretudo por meio da luta anticolonial e da categoria política do corpo-território, elaborada pelas mulheres originárias de Abya Yala (Cabnal 2013; Restrepo 2018; Federici e Valio 2020).

Essa categoria política tem sido fortalecida pelas reflexões da pesquisadora Maia-Xinka Cabnal (2010), que propõe o corpo como território a ser retomado pelas mulheres, em um ato político de emancipação. Para Cabnal, a recuperação do corpo implica a construção da autodefesa frente aos ataques histórico-estruturais que o ameaçam, uma luta cotidiana e indispensável, pois o corpo tem sido território violado pelos patriarcados para garantir sua reprodução. Retomar o corpo e construir sua autodefesa requer, também, o dismantling dos pactos masculinos de dominação.

As significações da luta que emergem dessas categorias ampliam os horizontes da resistência, promovendo novas conexões entre as lutas ecológico-territoriais. O corpo não é matéria isolada: insere-se em uma complexa teia da vida, na qual território, corpo, vida e pluriverso se entrelaçam. Nesse movimento, são as mulheres que sustentam o mundo vivo (Federici 2013).

Na luta contra o assalto bélico aos territórios ancestrais, são as mulheres indígenas que fortalecem a trajetória de defesa da terra e da autodeterminação política como parte de um processo contínuo de ressignificação e

disputa, no qual a libertação das mulheres constitui uma dimensão fundamental da luta anticolonial.

Luta pela vida: uma luta anticolonial e ancestral das mulheres originárias

A luta das mulheres Kaiowá e Guarani, com seus modos próprios de sentir/pensar/fazer política, assim como com suas formas de ser mulher (*kuña reko*), tem fortalecido os processos de autoorganização. Esse fortalecimento se dá por meio das ações de conselhos, coletivos, casas de medicina tradicional, espaços comunitários e associações. Essas associações são construídas com as *ñandesy* (lideranças político-espirituais) frente às diferentes configurações do Estado de Exceção produzidas pela violência patriarcal, pelo Estado e pelo agronegócio. De modo que as formas de ação e organização política das mulheres são cruciais na luta territorial (Figura 1; Seraguza 2018).

É importante destacar que os trabalhos de pensadoras-militantes do movimento de mulheres Kaiowá e Guarani, como Pereira (2020), Almeida (2018), Benites (2018), Veron (2018) e Pavão (2021), são fundamentais para compreender as raízes dessa luta. Além disso, também são imprescindíveis os documentos e manifestos construídos pelas organizações de mulheres.

De forma autoorganizada, as *kuña kuera* (mulheres) têm sido a “linha de frente” da luta contra a violência que afeta suas vidas e territórios. Esse processo é constituído por ações coletivas que possuem como eixo as trajetórias de vida, a resistência histórica e as experiências organizacionais das próprias mulheres. No período de pandemia, foram elas as responsáveis pelas ações políticas fortalecidas nas comunidades diante de todas as violações que se acentuaram durante a maior crise de saúde deste início do século XXI.



Figura 1. Manifestação de mulheres Kaiowá e Guarani em defesa da Terra Viva.

Fonte: Kuñangue Aty Guasu (2021).

Segundo relato de uma mulher jovem do Tekoha Guyraroká:

o que as mulheres anciãs e os anciões dizem, principalmente sobre o coronavírus, é que é como um castigo que o mundo está passando, que a terra está passando por esse processo que é resultado da destruição, do genocídio, da violência e falta de cuidado com as vidas na terra que nos dá energia e a possibilidade de respirar [...]. Os indígenas, principalmente meu avô, diz que esse é um resultado que todos esperavam. A ciência [ocidental] já sabia que isso iria acontecer, mas continuaram fazendo isso e brincando com o tempo. Disse que os *karaí* (não indígenas) brincaram com o *ñande jara*. [...] Ele diz que o tempo da miséria vai chegar, sim, porque foi isso que os *karaí* semearam e é isso que estamos colhendo em tudo que estamos vivendo. Somente quem tem bom coração, quem souber viver, quem gosta de ouvir, diz que essas pessoas vão continuar vivendo de alguma forma. (Conselheira de Retomada Aty Jovem - Tekoha Guyraroka, informação verbal, 09 de outubro de 2021)

Essas palavras revelam a dimensão enunciativa da pandemia, compreendida como consequência direta do comportamento predatório e da negligência promovida pelo modelo de vida mercantil do sistema moderno colonial. Trata-se de uma doença anunciada pelos *ñanderu* e *ñandesy* (lideranças políticas espirituais), como efeito da devastação orquestrada pelo *karaí reko* — o modo de vida não indígena, associado à sociedade moderna colonial.

Diante do desterro, é a reza, a espiritualidade e a luta das mulheres Kaiowá e Guaraní que sustentam o mundo com vida:

muitas das nossas anciãs vêm falando ao longo do tempo que viria uma doença, algo terrível. Tanto que, quando teve assembleia no Tekoha Pirakuá [...], houve um fenômeno que cobriu todo o céu de Pirakuá. Íamos tomar banho no rio e apareceu o eclipse, e disseram que viria uma doença grave que mudaria a nossa vida e a de toda a humanidade. Rezamos para que os povos indígenas do mundo não fossem tão afetados. Mas aquelas pessoas [...] que seguem muito o caminho *karaí*, podem ser afetadas. Aliás, é interessante pensar nisso porque a maioria das mulheres e homens idosos indígenas não contraiu essa doença, alguns pegaram e foram vítimas da doença por causa dos *karaí* e porque tiveram contato com pessoas que saíram da comunidade. Quem ficou na comunidade tomou mate com remédio tradicional, já tem a rotina de pegar raiz de planta, remédio para tomar com mate ou tereré. Então isso tem ajudado muito como possibilidade de proteção.

Isso tem ajudado muito vários territórios, mas isso não é novo, é o nosso modo de vida tradicional. (Conselheira da Kuñangue Aty Guasu - Tekoha Rancho Jacaré, informação verbal, 05 de novembro de 2021)

É essencial destacar que as práticas de cuidado coletivo e de autoorganização nos territórios não são recentes. Elas compõem toda a dinâmica das ações políticas cotidianas e da reprodução da vida construídas desde os saberes, formas de pensar saúde, de pensar o bem viver, especialmente através da resistência das mulheres.

Em meio às dores e feridas causadas pela pandemia e pela violência do Estado brasileiro, as mulheres indígenas estiveram na linha de frente, seja como rezadoras, lideranças comunitárias, conselheiras ou agentes indígenas de saúde em suas comunidades. As ações coletivas entre mulheres constituíram a base para a construção de campanhas de apoio mútuo, redes de compartilhamento de sementes, fortalecimento das roças e valorização das medicinas tradicionais com as *ñandesy*.

Em conversa com uma companheira do movimento de mulheres, foram destacados os processos iniciais de orientação sobre a pandemia e a dinâmica de mobilização:

quando a pandemia começou, ninguém sabia muito bem como lidar com essas situações que ocorriam tão rapidamente e muitas vezes era difícil para nós aceitar [...]. Quando isso acontecia em outras décadas, quando a gente precisava se cuidar, a gente ia para a floresta, né? Porque todo o Mato Grosso do Sul tinha muita floresta, então a floresta nos protegia dessas doenças. Mas hoje, pelo desmatamento, pela falta de demarcação dos territórios [...] quando a doença chegou, nos sufocou e todas próprias comunidades sentiram. Tanto que as nossas barreiras sanitárias foram se adaptando com a questão da orientação, do uso de máscaras [...]. As dificuldades foram também no sentido de que nossa cultura é muito receptiva e recíproca, recebemos as pessoas, damos chicha [bebida fermentada de milho preparada tradicionalmente pela ancestralidade Kaiowá], oferecemos água, quando vamos aos Tekoha as *ñandesy* nos abraçam e agora temos que dizer que não podemos fazer isso. Então são esses afetos que tiveram que sofrer mudanças. Essas são as adaptações que tiveram que mudar aos poucos, e também é difícil para os jovens lidar com isso, porque a gente tinha toda uma rotina [...] nas comunidades tem futebol, tem torcida de jovens, uma multidão de *ñandesy*, roda de tereré, roda de mate, essas coisas tiveram que mudar. (Conselheira da Kuñangue e Retiro Aty Jovem - Tekoha Rancho Jacaré, informação verbal, 05 de novembro de 2021)

A narrativa revela que os Tekoha possuíam uma vasta floresta, ressaltando o papel essencial que ela desempenha — não apenas como base da cosmologia e das relações territoriais ancestrais, mas também como um escudo de autodefesa frente à ocupação colonial e às doenças decorrentes do desterro. Contudo, nos tempos pandêmicos, isso não foi possível. O desmatamento e a devastação ecológica no sul de Mato Grosso do Sul são reflexo direto do complexo de poder que sustenta o extrativismo predatório — especialmente por meio do agronegócio — e das políticas integracionistas de Estado.

Durante a pandemia, o desmatamento impôs severos entraves à autodefesa em diversos territórios. Isso dificultou o acesso à flora medicinal e a elementos que poderiam contribuir muito mais para as formas de cuidado nos Tekoha por meio do conhecimento florístico e faunístico das mulheres, especialmente as guardiãs dos saberes e da memória: as ñandesy.

Ainda assim, é importante ressaltar que alguns fragmentos de matas existentes, comumente, se encontram resistindo em territórios em que os povos Kaiowá e Guarani estão presentes e cultivando cuidado com esses fragmentos. A estimativa é que aproximadamente 11 % da dimensão terrestre do que hoje corresponde ao sul de Mato Grosso do Sul era coberta pelo bioma da Mata Atlântica. Os principais remanescentes estão na área da Serra da Bodoquena, na planície do Rio Paraná e em porções dos territórios indígenas (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica 2018).

Além do cuidado por meio da medicina tradicional e das ações comunitárias, as mulheres também assumiram papel central na gestão das barreiras sanitárias, contribuindo decisivamente para o fortalecimento de estratégias de controle, autogestão e autonomia territorial. Essas iniciativas foram fundamentais para evitar que a pandemia se transformasse em uma tragédia ainda maior. A seguir, compartilha-se um mapa (Figura 2) que ilustra essas barreiras enquanto expressões de controle territorial e autodefesa comunitária:

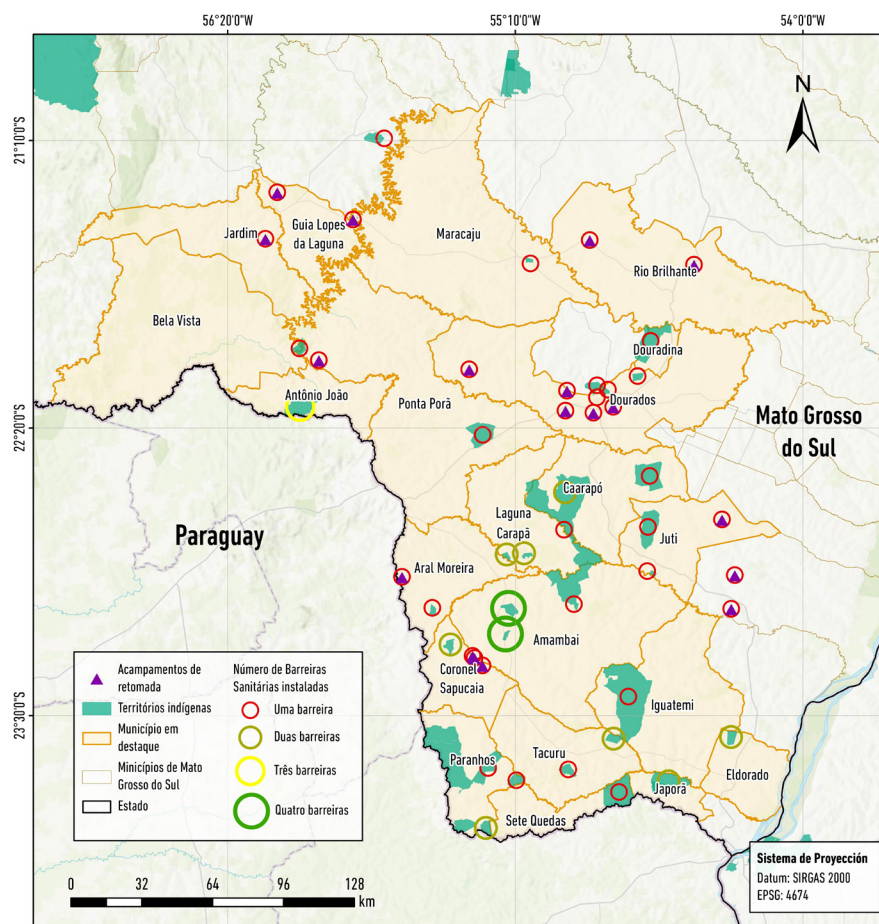


Figura 2. Controle territorial através das barreiras sanitárias.

Fonte: Monfort (2022). Gobierno Federal. s.f., IBGE 2018.

O mapa demonstra a espacialização das barreiras sanitárias em terras indígenas Kaiowá e Guaraní e revela a importância do processo organizativo que possibilitou ações de defesa do território e da vida durante a ascensão da pandemia. O fortalecimento da autoorganização durante a crise sanitária global confrontou ataques constantes e impactos latentes, acentuados tanto pela política genocida do Estado brasileiro quanto pela ofensiva ruralista no âmbito paramilitar e institucional.

Paralelamente ao enfrentamento da doença, as organizações de mulheres intensificaram suas ações de combate à violência e à criminalização de suas lutas:

em relação à questão das barreiras, encontramos muitas dificuldades para manter a ajuda, mas ainda hoje existem barreiras em vários territórios. Mas é muito difícil mantê-los porque sempre mantivemos as barreiras através do apoio. Precisavam de comida, estavam colocando seus corpos diante desse vírus. Essa é uma tarefa difícil para nós, por isso encontramos várias dificuldades. A gestão dos municípios e a gestão da FUNAI [Fundação Nacional do Índio] poderia estar ajudando, mas não foi assim. Fomos nós pelas barreiras e as barreiras por nós [...]. Mas no meio disso, encontramos também mulheres vítimas de violência, vítimas de abuso sexual, meninas, mulheres idosas, recebemos várias denúncias de violação de direitos, denúncias e denúncias de violência de capitães, de políticos dos municípios que não ajudaram em nada. E também tivemos que agir, claro, garantindo que a vítima não fosse perseguida, mas muitas vezes nem a gente conseguia se proteger, havia muitas ameaças para quem estava na linha de frente. (Conselheira da Kuñangue e Retomada Aty Jovem - Tekoha Rancho Jacaré, 06 de dezembro de 2021)

A barreira foi importante aqui em Guyraroká, [...] ficamos sete meses na barreira, tentamos conscientizar, uns aceitaram, outros não. Outra coisa é a questão do remédio, da vacina, a gente tomou com a mulher na frente das ações, porque a mulher se encarrega da luta [...]. Quando uma mulher fala é muito diferente do que um homem fala [...]. A mulher está sempre à frente de tudo, defendendo o lar, defendendo a família, defendendo a comunidade, defendendo a saúde, defendendo a terra, defendendo a cultura. Ela está sempre na primeira linha defendendo. As mulheres defendem a vida. Nós mulheres, além de trazer a vida, defendemos a vida, nós mulheres indígenas o fazemos. (Conselheira da Retomada Aty Jovem-Tekoha Guyraroka, 06 de dezembro de 2021)

É importante destacar que o Mato Grosso do Sul é um dos estados brasileiros com um dos maiores índices de violência contra as mulheres — principalmente contra as mulheres indígenas. Os relatos e índices de violência contra as mulheres no estado, como pode ser observado no *Mapa do Feminicídio de Mato Grosso do Sul*, evidenciam uma das maiores taxas de feminicídio do Brasil. Em 2019, registrou-se a média de uma mulher assassinada a cada nove dias. O levantamento também aponta que mais de 75 % das vítimas tinham mais de 30 anos de idade e, na maioria dos casos, foram mortas dentro de suas próprias residências (SPPM 2019). Esses dados evidenciam o caráter estrutural e sistêmico da violência contra as mulheres.

O combate a essa guerra sistemática é uma das principais lutas das organizações políticas de mulheres indígenas. Essas violações contra a vida das mulheres são instituídas por meio de antigas e novas expressões de despossessão que se agravam à medida que o patriarcado-colonial-capitalista é reestruturado para sustentar a dinâmica de desapropriação.

Paralelamente à crise sanitária, à política genocida do Estado brasileiro e ao crescimento da violência sexista, as mulheres fortaleceram ações coletivas em seus territórios, articuladas à proposta de ocupar as redes e demarcar as telas. Nesse processo, os grupos de mídia independente desempenharam papel central na difusão de informações e na mobilização dentro dos Movimentos Indígenas.

Segundo Pankará (2020), com a decretação da pandemia em março de 2020, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), em conjunto com diversas organizações de base, realizaram virtualmente o Acampamento Terra Livre (ATL). Mais de quatro milhões de pessoas acompanharam as lideranças e conselheiras/os que denunciaram os enfrentamentos à crise de saúde e ao terrorismo de Estado em seus respectivos territórios.

Esse processo de mobilização, com a ocupação estratégica das redes através da mídia independente, foi essencial para assegurar uma articulação efetiva em múltiplas escalas —local, regional, nacional e internacional. Além de divulgar os impactos territoriais da crise sanitária, as ações comunicacionais também expressaram os caminhos de resistência desenhados pelos povos. Essas iniciativas teceram uma importante rede de apoio, comunicação e articulação, fundamental para as práticas autônomas que estavam sendo construídas nas diferentes bases comunitárias.

No contexto local, especialmente nos territórios Kaiowá e Guarani, esse processo autogestionado consolidou-se por meio do fortalecimento de meios de comunicação independentes, das ações dos conselhos e da organização das bases comunitárias — com ênfase no reforço das assembleias e das formas de cuidado coletivo. As mulheres indígenas denunciaram tanto a banalização da pandemia quanto os processos de criminalização de suas lutas, além das violações cometidas contra seus Tekoha e seus corpos-territórios.

Conforme relatado por uma conselheira do movimento de mulheres:

nossas companheiras estão sendo perseguidas por denunciar a violação dos direitos das mulheres [...]. Isso é muito grave [...]. Somos perseguidas há muito tempo, são muitos ataques. E na pandemia quiseram silenciar as vozes das mulheres, mas acredito que as mulheres são mais conscientes e mais ativas, isto é muito importante. (Movimento de Mulheres - Tekoha Rancho Jacaré, 03 de novembro de 2022)

Em ações conjuntas com as ñandesy, as mulheres fortaleceram seus modos de cuidado e acolhimento diante da violência patriarcal, da ofensiva dos fazendeiros, do avanço da militarização dos espaços de saúde, bem como frente a ofensiva da intolerância religiosa e de outras formas de violência e desterro. A resistência ancestral das mulheres abriu caminho, uma vez mais, para a luta pela vida e pela defesa dos territórios. Isso foi feito por meio de uma política fundamentada na ancestralidade, na autonomia e no fortalecimento do conhecimento que germina dos saberes e força das ñandesy e jari (anciãs).

Segundo Veron e Guimarães (2020), as grandes sábias são as mulheres mais velhas — as *Maxuyypy* —, concebidas como provenientes das divindades, portadoras de conhecimentos e princípios fundamentais. Esses saberes estruturam as dimensões do cuidado coletivo, das práticas de cura e das formas de resistência ancestral.

Esse tecido de vida que tece a cura da Terra vem da luta das mulheres e cresce através de uma geração que tem fortalecido a resistência ancestral, as retomadas de seus territórios e tem ampliado sua participação ativa nas universidades. No campo acadêmico, as mulheres têm retomado o território como pesquisadoras que apresentam a construção de novos léxicos teóricos e políticos, com um saber comprometido e centrado na realidade do povo, em suas demandas e no compromisso com suas bases comunitárias.

É notável que as demandas por autonomia e autodeterminação, presentes em suas produções acadêmicas, expressam a centralidade da luta e das ciências ancestrais, orientadas por suas cosmologias, histórias e trajetórias de resistência. Essa dinâmica insurgente das ciências originárias e o protagonismo de intelectuais indígenas — especialmente mulheres — têm fortalecido novas epistemes, metodologias e formas organizativas, forjadas nas lutas anticoloniais. Tais formas apontam caminhos fundamentais para a construção de novos paradigmas de conhecimento e para repensar as práticas políticas (Monfort e Gislotti 2022).

O movimento de retomada e de autoafirmação ontológica, étnica e política, conduzido a partir de uma perspectiva crítico-criativa, confere centralidade às práticas ancestrais e às trajetórias de vida e luta das mulheres. Ele abre possibilidades para o desenvolvimento de metodologias de pesquisa ancoradas em compromissos políticos com os povos originários. As mulheres, enquanto sujeitos políticos, expressam a luta ancestral e permanente pela vida, pelo território e pela autonomia (Monfort e Gislotti 2022).

Em um relato de uma conselheira do movimento de mulheres, destacam-se diversos aspectos desse processo de retomada e insurgências:

eu sou conselheira [...] e para mim isso foi muito gratificante, tem sido muita aprendizagem com as ñandesy que têm me ensinado muitas coisas e a nunca desistir da luta. Isso é o que eu vou levar para o resto da minha vida, do que eu aprendi. Porque hoje também minha mãe é vice-liderança da aldeia e isso para mim é um orgulho muito grande de ter uma mulher na liderança e eu acho que as mulheres precisam ocupar os espaços [...]. Ser uma mulher indígena, estar na linha de frente e ser professora para mim é uma grande satisfação, de poder dizer que toda mulher pode estudar, se formar. (Movimento de Mulheres - Tekoha Rancho Jacaré, 03 de novembro de 2022)

As experiências de luta são múltiplas e são construídas a partir do contexto de vida de cada mulher, com as trajetórias compartilhadas que demonstram a diversidade de atuação e expressam a importância das redes comunitárias constituídas por elas. As mulheres Kaiowá e Guarani têm nos ensinado que esses são campos de atuação desde a base, desde o território e desde a autonomia, que são fundamentais para o fortalecimento da autodeterminação político-epistêmica-territorial.

Nesse sentido, uma companheira do Tekoha Guyraroká destaca:

A mulher é quem defende a vida, não dá o braço a torcer [...]. Não é fácil, mas estou aqui, aprendendo todos os dias.

A gente amadurece com os nossos conhecimentos. Lutar junto com os parentes, como mulher, como jovem [...] e tem várias formas de enfrentar a luta diária. Anciões e anciãs rezam muito, ensinam muito. (Conselheira Retornada Aty Jovem, Tekoha Guyraroka, 06 de dezembro de 2021)

Essas são algumas das expressões das múltiplas trajetórias de resistência das mulheres. Como afirma a pesquisadora Kaiowá Verón (2018), as anciãs orientam as mulheres a buscar força e resistência na sabedoria e no conhecimento tradicionais. A autora enfatiza que as mulheres são guardiãs do saber e compartilham ensinamentos profundos sobre o corpo e a terra. Para Verón, as mulheres anciãs são as guardiãs da produção da vida no território onde viveram os ancestrais — guardiãs das fogueiras e do fogo, do plantio, dos cantos e das rezas. São elas que sempre mantiveram — e seguem mantendo — vivo o Tekoha.

Na perspectiva de uma política construída a partir do território ancestral e da autoorganização das mulheres, as histórias e trajetórias de cada uma são sementes de uma resistência digna e justa: pelo direito à existência, pela retomada do Tekoha e pela recomposição da vida.

Nesses caminhos de luta pela vida e pela retomada, que marcaram as histórias e trajetórias de muitas gerações, os povos Kaiowá e Guarani anseiam e sonham com um outro mundo para as gerações futuras, para que possam nascer e crescer onde os ancestrais viveram e compartilham os saberes cultivados por eles, nas florestas, nos rios, grafados na Terra (Benites e Seraguza 2019).

Os impérios de mercado confrontam diretamente as rebeliões que emergem de nichos de resistência de diferentes tamanhos, formas e cores — todas elas unidas pela luta contra a ordem neoliberal e patriarcal (Marcos 2020). Em oposição à tirania capitalista, a luta pelo território — a partir de nossas diferenças e multiplicidades — torna-se vital para a transformação social. No entanto, esse processo só é possível com a luta das mulheres, com a força da terra e com a centralidade da pauta da reprodução da vida.

Considerações finais

Em uma construção colaborativa entre mulheres, compreendemos que este trabalho possibilitou um olhar atento e carinhoso sobre a importância da autoorganização em nossos territórios, coletivos, conselhos e associações diante da ofensiva patriarcal, colonial e capitalista contra as nossas vidas enquanto mulheres e contra a Terra.

A guerra declarada contra a Terra é também uma guerra sistemática contra as mulheres, com inúmeras táticas de violência reorganizadas, à medida que o capital demanda novas dinâmicas de acumulação.

No contexto da pandemia, com a intensificação da política genocida e ecocida promovida pelo Estado brasileiro, os processos de auto-organização dos povos originários revelaram que, nas micropolíticas de resistência autônoma, são forjadas formas de cuidado, coletividade e horizontes comuns — estratégias imprescindíveis frente ao corporativismo estatal-empresarial. Essas dimensões de resistência evidenciam, tanto geográfica quanto etnograficamente, a relevância ecológica e política dos conhecimentos tradicionais, da diversidade biocultural e da luta autônoma como fundamentos para a recomposição do cuidado coletivo, especialmente por meio da luta das mulheres.

Essas práticas políticas, territorialmente situadas, estão associadas a processos de autodeterminação que partem da autonomia indígena e se constroem em múltiplas escalas, articulando-se com práticas territoriais insurgentes, como demonstram as retomadas. Portanto, não se trata apenas de narrar relações de poder e conflitos entre diferentes ontologias, mas de aprender com os povos originários — sobretudo com a auto-organização das mulheres — os horizontes e caminhos possíveis para a transformação radical da realidade em que vivemos.

A luta pela vida é, fundamentalmente, uma luta anticolonial e ancestral, cuja linha de frente é composta por mulheres originárias. São elas que sustentam a vida em sua multiplicidade, enfrentando um mundo adoecido e violentado pelo patriarcado-colonial-neoliberal.

Agradecimentos

Todo nosso agradecimento às mulheres Kaiowá e Guarani, todo apoio às retomadas.

Referências

- Albert, Bruce. 2014. “Situação etnográfica” e movimentos étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano”. *Campos - Revista de Antropologia* 15 (1): 129-144. <https://doi.org/10.5380/campos.v15i1.42993>
- Almeida, Clara Barbosa de. 2018. “A luta das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá a quarenta anos pela retomada do território (yvy rupa) no estado de Mato Grosso do Sul”. Dissertação de mestrado em Integração Contemporânea de

- América Latina ICAL, Universidade Federal da Integração Latinoamericana, Foz do Iguaçu.
- Benites, Eliel e Lauriene Seraguza. 2019. “Levantar gente, Levantar terra: as lutas pela terra e as resistências como formas de vida entre os guaraníes e os kaiowá em Mato Grosso do Sul”. *Actas del III Congreso Internacional Pueblos de América Latina (CIPIAL)*: 1-18.
- Benites, Sandra. 2018. “Viver na língua Guarani Nhandewa (mulher falando)”. Tese de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Cabnal, Lorena. 2010. “Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. Em *Feminismo diversos: el feminismo comunitario*, editado por Lorena Cabnal y ACSUR-La Segovia, 11-25. Madrid: ACSUR.
- Cabnal, Lorena. 2013. “Para las mujeres indígenas, la defensa del territorio tierra es la propia defensa del territorio cuerpo”. Entrevista realizada por PBI Estado Español. Mayo de 2013. Acessado em 1 de dezembro de 2021.
- Cordeiro, Alexander Magno, Glória Maria de Oliveira, Juan Miguel Rentería e Carlos Alberto Guimarães. 2007. “Revisão sistemática: uma revisão narrativa”. *Revista Comunicación Científica* 34 (6): 428-431. <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>
- Cruz Hernández, Delmy Tania. 2020. “Nosotras como mujeres que somos: entre la desposesión, la insubordinación y la defensa de los cuerpos-territorios”. Tese de doutorado em Antropologia Social, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Cidade de México.
- Federici, Silvia. 2013. *La revolución feminista inacabada. Mujeres, reproducción social y lucha por lo común*. Oaxaca: Escuela Calpulli.
- Federici, Silvia. 2017. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.
- Federici, Silvia e Luciana Benetti Marques Valio. 2020. “Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina”. *Revista Estudos Feministas* 28 (2): 1-12. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>
- García-Torres, Miriam, Eva Vázquez, Delmy Tania Cruz e Manuel Bayón. 2018. “(Re) patriarcalización de los territorios. La lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos”. *Ecología Política* 54: 67-71.
- García-Torres, Miriam, Eva Vázquez, Delmy Tania Cruz e Manuel Bayón. 2020. “Extractivismo y (re) patriarcalización de los territorios”. Em *Cuerpos, territorios y feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas*, editado por Delmy Cruz y Manuel Bayón, 23-43. Quito y México: ediciones Bajo Tierra, Libertad bajo palabra e Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo.
- Gobierno Federal. S.f. “Portal Brasileiro de Dados Abertos e Catálogo Nacional de Dados”. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). <https://dados.gov.br/home>
- Harvey, David. 2003. *O novo imperialismo*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2018. “Malha Municipal”. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>
- Kuñangue Aty Guasu. 2021. “Acampamento Terra Livre”. Acessado em 18 de janeiro de 2022.
- Lozano-Lerma, Betty Ruth. 2019. “Asesinato de mujeres y acumulación global. El caso del bello puerto del mar, mi Buenaventura”. Em *En tiempos de muerte: cuerpos, rebeldías, resistencias*, editado por Xochitl Leyva Solano e Rosalba Icaza, 47-63. Buenos Aires: CLACSO.
- Machado Araújo, Horacio. 2015. “Ecología política de los regímenes extractivistas: de reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en Nuestra América”. *Bajo el Volcán* 15 (23): 11-51.
- Marcos, Subcomandante Insurgente. 2020. *As sete peças soltas do quebra-cabeça mundial*. Brasília: Editora Terra Sem Amos.
- Minayo, Maria Cecília de Souza e Antônio Pedro Costa. 2018. “Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa”. *Revista Lusófona de Educação* 40: 139-153. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.01>
- Monfort, Gislaine Carolina. 2022. “Autonomias indígenas, luta pela vida e modos de autogestão comunitária dos povos Kaiowá e Guarani”. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- Monfort, Gislaine e Laura Gisloti. 2022. “A retomada epistemológica Kaiowá e Guarani: ciências indígenas, autonomias e lutas territoriais como eixos políticos”. *Inter-Ação* 47 (1): 184-202. <https://doi.org/10.5216/ia.v47i1.71401>
- Narahara, Karine L. 2021. “Petroleiras e práticas cosmopolíticas em território mapuche”. *Tellus* 21 (46): 185-212. <https://doi.org/10.20435/tellus.v21i46.792>
- Pankará, Chirley. 2020. “Covid-19 e o impacto nas populações indígenas”. *Relatos Indígenas*, Centro de Estudos Ameríndios (USP). Acessado em 13 de abril de 2021. <https://api.saudeindigena.iciict.fiocruz.br/api/core/bitstreams/379e2de5-87f2-46a7-b691-80f56c3ecfbb/content>
- Pavão, Sonia. 2021. “Conhecimentos tradicionais Guarani e Kaiowá como fontes de autonomia, sustentabilidade e resistência”. Dissertação de mestrado em Educação e Territorialidade, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- Pereira, Lucia. 2020. “As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai, MS: aproximações e impasses”. Dissertação

- de mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. 2015. “Pela Vida, Pela Dignidade e Pelo Território: Um Novo Léxico Teórico-Político Desde as Lutas Sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola”. *Polis. Revista Latinoamericana* 14 (41): 237-251.
- RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica). 2018. *Relatório técnico sobre a conservação da Mata Atlântica no Centro-Oeste do Brasil*. São Paulo: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. https://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_o6_estados_ms.asp#:~:text=Os%20principais%20remanescentes%20da%20Mata,situadas%20no%20sudeste%20do%20Estado
- Restrepo, Cristian Abad. 2018. “Por una Geo-Graficidad de las resistencias en territorios libres de extractivismo, en disputa y decapitados: la cuestión de las posicionalidades de las resistencias Contra-mineras en América Latina”. *Estudios Latinoamericanos*, no. 42-43, 33-55. <https://doi.org/10.22267/rceilat.184243.17>
- Rivera Cusicanqui, Silvia. 2010. *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Segato, Rita. 2013. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Seraguza, Lauriene. 2018. “Mulheres em retomadas: sobre política e relações de gênero entre os Kaiowa e Guarani em Mato Grosso do Sul”. *Tessituras* 6 (2): 215-228. <https://doi.org/10.15210/tes.v6i2.13900>
- Shiva, Vandana. 2003. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Gaia.
- Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Mato Grosso do Sul (SPPM). 2019. *Mapa do Feminicídio de Mato Grosso do Sul*. Acessado em 20 de setembro de 2024. <https://www.naosecale.ms.gov.br/informativos/guias-e-manuais/mapa-do-feminicidio-2019/>
- Veron, Valdelice. 2018. “Tekombo'e kunhakoty: modo de viver da mulher kaiowá”. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- Veron, Valdelice e Sílvia Guimarães. 2020. “Sobre Máscaras, Fumaça e Fogo Doméstico: Experiências das Mulheres Kaiowá na Pandemia da Covid-19”. *Vukápanavo: Revista Terena*, no. 3, 115-154.
- Viveiros de Castro, Eduardo. 2002. “O Nativo Relativo”. *Mana* 8 (1): 113-148. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>

Rosicleide Vilhalva

Graduanda em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dedicar-se a estudos sobre o movimento de mulheres Kaiowá e Guarani, artesanatos indígenas e lutas por território. Militante da Kunhãgue Aty Guasu – conselho e assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani.

Gislaine Monfort

Professora substituta no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutoranda, mestre e graduada em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com especialização em Geoprocessamento. Dedicar-se a estudos em geografia agrária, com ênfase nas lutas por território; zonas de sacrifício; violência estatal e paramilitar sobre territórios indígenas; impactos do agronegócio e de megaprojetos sobre povos indígenas; mudanças no uso da terra; processos de retomada e autodemarcação; autonomias indígenas e formas de defesa e vigilância territorial; além de ecologia política e conflitos socioambientais.

Laura Gislotti

Professora no Instituto de Biodiversidade e Florestas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e no Programa de Pós-Graduação em Entomologia e Conservação da Biodiversidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dedicar-se aos temas dos conhecimentos tradicionais e da ciência indígena, na interface com a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da autodeterminação político-territorial. Participa de projetos que envolvem o conhecimento tradicional junto a povos indígenas e povos tradicionais, com foco nos sistemas socioecológicos e na defesa dos territórios.